

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

RELAÇÕES DE GÊNERO E DOCÊNCIA. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR EM TEOLOGIA.

Neiva Furlin.

Cita:

Neiva Furlin (2009). *RELAÇÕES DE GÊNERO E DOCÊNCIA. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR EM TEOLOGIA. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/876>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/f2A>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

RELAÇÕES DE GÊNERO E DOCÊNCIA

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR EM TEOLOGIA

Neiva Furlin, UFPR*
nfurlin@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho se refere a uma pesquisa ainda em andamento e diz respeito à inserção de mulheres como docentes no ensino superior em teologia. Pretende-se analisar as dinâmicas envolvidas nesse processo de inserção, tanto nas relações estruturais, como nos possíveis novos significados produzidos pela experiência dessas professoras no campo do saber teológico, onde se pode evidenciar uma verticalização e uma horizontalização das práticas de poder, claramente generificada.

A pesquisa está sendo realizada através de estudos bibliográficos, mapeamento da participação das mulheres em instituições teológicas católicas, documentos, consulta à página eletrônica das instituições de ensino teológico, com maior ênfase às entrevistas em profundidade sobre as experiências de mulheres professoras. O referencial analítico que permitirá explicar a rica tensão entre estrutura e ação, e a reconstrução dos significados e subjetividades envolvidas nessas experiências, impregnadas de relações de poder é o conceito de *gênero*, discutido na teoria feminista de Scott e Lauretis, de *poder* em Foucault e o de “*projeto reflexivo do eu*” de Giddens.

1. Gênero e campo religioso-teológico

Nas últimas décadas, os estudos de gênero têm contribuído de maneira significativa para a introdução de novas abordagens da realidade em todas as áreas de conhecimento. Esses estudos demonstraram que nas diferentes sociedades humanas as relações sociais vividas entre homens e mulheres são construídas a partir da tradição cultural de cada região e das especificidades de cada momento histórico, contemplando critérios geracionais, raciais e dinâmicas sobre a orientação sexual. Essas diferenças ainda são evidentes dentro de uma mesma sociedade, nos diferentes grupos sociais, e vão se modificando ao longo da história devido à dinamicidade da própria cultura, situação que também atinge as instituições, a divisão sexual de trabalho em geral, bem como os critérios de inserção das mulheres e homens em instituições de ensino.

O conceito de gênero também foi incorporado nos estudos sobre religião. Abre-se um campo para novas possibilidades teórico-metodológicas de abordagem das questões culturais de modo geral e, em particular, sobre as condições de produção e reprodução da dominação masculina no campo religioso. Alguns estudos têm demonstrado que nas grandes religiões institucionalizadas as lideranças femininas acabam sempre marginalizadas. Essa marginalização envolve espaços de liderança, acesso à formação e as relações hierárquicas nas estruturas institucionais.

Segundo Fernanda Lemos (2007) e Maria Rosado (2001), o campo da religião, em seu processo de construção social, é marcadamente masculino. Isso pode ser observado no cristianismo, que assumiu um processo de evolução histórico-social fundado no sistema patriarcal. Para essas autoras, o cristianismo se institucionalizou como uma religião “masculinizada” em que

* Bolsista das CAPES e Mestranda do Programa de Pós-graduação em sociologia da UFPR. Pesquisa a inserção de mulheres como docentes no ensino superior em teologia, sob a orientação da professora Marlene Tamanini.

o acesso ao poder institucional está legitimado por concepções sobre o exercício do saber e do poder no masculino e pelas representações simbólicas que foram sendo cristalizadas ao longo dos séculos. Assim sendo, ser homem ou ser mulher, no âmbito religioso tende a significar mais do que uma representação sexual, ou seja, trata-se da possibilidade de acessar ou não o espaço do poder de hierarquia, do culto e do ensino e da produção do saber teológico-religioso.

A dinâmica do mundo contemporâneo contribuiu para a inserção da mulher como sujeito de sua própria história em diferentes campos de ação. Entretanto, as relações de gênero ainda se apresentam desiguais, principalmente no campo religioso. Fernanda Lemos (2007) observa que isso pode ser evidenciado dentro do catolicismo, uma vez que as mulheres não podem assumir ministérios ordenados, simplesmente por serem mulheres. Por outro lado, encontramos um grande número de mulheres exercendo liderança nas comunidades, na coordenação de pastorais eclesiais e sociais. Espaços esses, essenciais na dinamização da caminhada eclesial, porém por eles não passam as grandes decisões.

A relevância dessa pesquisa, que está em andamento, consiste em analisar o processo de inserção de mulheres como docentes no campo do saber teológico, suas experiências, os desafios e dificuldades encontradas, os espaços de liderança e de poder que lhe são conferidos e as estratégias usadas para se constituírem em sujeitos num espaço predominantemente androcêntrico.

2. Curso superior de Teologia Católica e a Presença feminina.

As instituições de ensino em teologia foram criadas em vista da formação do ministério ordenado de homens. Historicamente esse espaço foi exclusivamente marcado pelo masculino, tanto na sua constituição como na produção do saber teológico, permitindo a fixação do sujeito masculino nas instâncias do poder hierárquico e na produção do discurso acadêmico teológico. Esse discurso, de certa forma, legitimou a exclusão das mulheres nas instâncias de poder eclesial e perpetuou o androcentrismo no pensar e no fazer teologia. Somente a partir da década de 70 as mulheres começaram a inserir-se no campo da formação teológica, ainda que de forma pouco expressiva e, mais tarde no campo do ensino e da produção acadêmica.

No Brasil **os cursos de teologia** começaram a ser implantados em finais do século XIX. No entanto, a inserção de mulheres e leigos¹, como professores/as de teologia nas instituições católicas, é muito recente. Além de resultar, em parte, pelo impulso trazido pelo movimento feminista que influenciou também o ambiente religioso-eclesial, insere-se também no contexto das mudanças trazidas pelo Concílio do Vaticano II², que propôs a abertura da Igreja frente às mudanças sócio-culturais, numa tentativa de diálogo com o mundo e a sociedade moderna. Na América Latina, o impulso renovador da Igreja Católica foi dado pela Conferência de Medellín³, que buscou traduzir as mudanças trazidas pelo Vaticano II, a partir da realidade empobrecida do Continente Latino-americano. Desse modo, novas experiências eclesiais foram ensaiadas, tais como: movimentos de Igreja, comunidades eclesiais de base, engajamento da Igreja com a problemática social, pastoral de conjunto, campanha da fraternidade, entre outras. Essa nova realidade fez com que a teologia também se renovasse em seus métodos e conteúdos. A

¹ A denominação “leigo”, na perspectiva Pastoral, significa a pessoa que exerce liderança no âmbito eclesial sem pertencer à hierarquia do serviço ordenado. A ordenação na Igreja Católica é conferida somente para o sexo masculino, através de um rito especial.

² O Concílio do Vaticano II se realizou em Roma nos anos de 1962 a 1965. O concílio se constitui em espécie de Assembléia mundial que reúne Bispos de todos os países, onde são tomadas as principais decisões da Igreja Católica.

³ A Conferência de Medellín aconteceu no ano de 1968, na cidade de Medellín – Colômbia. Reuniu Bispos e teólogos convidados de toda a América Latina.

construção do saber teológico passou a levar em conta a realidade social e a mediação das ciências humanas. Assim, os antigos manuais de teologias foram sendo abandonados e novos ensaios teológicos foram elaborados em todos os âmbitos da teologia. É nesse contexto de mudança que emerge a Teologia da Libertação⁴, a qual se constituiu em um grande guarda chuva que abrigou todas as tentativas de renovação⁵.

Uma das mudanças foi à necessidade de unir forças no processo de se repensar a configuração dos novos cursos de teologia, como uma das formas de responder as transformações sociais e eclesiais. Como exemplo disso cito, aqui, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, localizada em Porto Alegre. Esta instituição, no final da década 60, criou um Curso de Teologia que daria aos discentes graduados o título de bacharelado e licenciatura. Essa iniciativa foi possível com a soma de esforços de todas as Dioceses Católicas e Institutos Religiosos do RS. Com a configuração de um novo curso de teologia, uma das novidades foi o ingresso de mulheres e leigos no curso de teologia. Aos poucos esse novo estilo de curso, somado a renovação geral da Igreja e da Teologia foi ganhando força, tanto em qualidade como em número⁶. No bojo dessas mudanças, muitas instituições foram revendo os objetivos do curso de teologia e a configuração da grade curricular, no intuito de responder as mudanças e as novas demandas pastorais.

Os Cursos de Teologia, além de ser destinado aos estudantes que pretendem ordenar-se sacerdotes, foram se abrindo para a formação acadêmica de mulheres e leigos que almejavam assumir as novas demandas pastorais educacionais. Por outro lado, a participação das mulheres como docente no ensino superior em teologia, ainda aparece com índices reduzidos. Apesar da pouca expressão numérica, algumas teólogas docentes, no final da década de 70 e, sobretudo na década de 80 começaram a se tornar sujeito da produção de um saber teológico voltado para a perspectiva da mulher, o que foi decisivo para o desenvolvimento da teologia feminista⁷ e para a implantação de uma nova abordagem no campo do saber teológico⁸. Segundo Wanda Deifelt (2003), a teologia feminista utiliza a teoria das relações de gênero como instrumental de análise e como sua característica fundante. Essa teologia, da mesma forma que a teologia da libertação, leva em conta a dimensão social, étnico-racial, econômica e religiosa⁹. A articulação das mulheres

⁴ A Teologia da Libertação reflete a fé e interpreta a bíblia, partindo do chão da vida, ou seja, da realidade geográfica, social, cultural e eclesial da América Latina, articulada à praticas sociais comprometidas com a defesa da vida dos mais empobrecidos e oprimidos. Segundo Silvana Suaiden (2003, p.144), a “Teologia da Libertação na América Latina surgiu da sensibilidade diante do clamor dos pobres como uma teologia orientada para a prática transformadora”.

⁵ Antes do Vaticano II, os cursos de Teologia seguiam as orientações do Concílio de Trento, realizado no século XVI, do Catecismo Romano, dos manuais clássicos para cada disciplina, das Cartas e do Magistério Papal. Os traços marcantes da teologia eram: o desempenho, os sacramentos, a devoção popular e a polêmica antimoderna e antiprotestante.

⁶ Cf. ESTEF - *Catálogo Acadêmico – 2008*. Disponível em www.estef.edu.br.

⁷ Segundo Wanda Deifelt (2003) A Teologia Feminista surgiu, no contexto do século XX, em sintonia com o movimento feminista. Foi se constituindo e se afirmando confronto crítico com as instâncias do feminismo moderno

⁸ Ana Maria Tepedino aprofunda essa questão em seu artigo “Mulher e Teologia na América Latina: Perspectiva histórica”. Nesse artigo ela aborda os primeiros congressos e simpósios que reuniram mulheres interessadas em repensar a teologia na perspectiva da Mulher Latina Americana; os artigos que tornaram as mulheres sujeito da construção de novo saber teológico, e o processo de desenvolvimento e consolidação da teologia feminista, como um modo de lutar pela vida, e um novo método de releitura Bíblica.

⁹ Segundo Maria José Rosado (2001, 82) a teóloga feminista Nanci Nazon- Clark (1998, p.186) define a “teologia feminista como fundada na promoção da igualdade das mulheres com os homens, na igreja e na sociedade”. Considera também que as mulheres teólogas começaram a incorporar sua crescente consciência feminista em sua prática religiosa e em seu trabalho acadêmico, quando a segunda onda do feminismo foi introduzida no mundo ocidental. Faço essa referência à teologia feminista, uma vez que é impossível falar sobre a entrada das mulheres no campo da teologia, como docentes, sem levar em conta, de que algumas delas trouxeram essa contribuição para o saber teológico.

teólogas e docentes em torno da produção de uma outra teologia, num espaço que sempre foi pensado e ocupado pelo gênero masculino, expressa o dinamismo histórico, onde o sujeito pode refazer constantemente a sua experiência por meio de iniciativas reflexivas e do engajamento na realidade social. Essa dinâmica nos permite compreender que, no contexto de alta modernidade, o gênero não é somente produto de representações sociais discursivas, mas também da auto-representação, ou seja, o sujeito se constrói a partir de sua experiência e da produção de novas narrativas. Tal consideração nos remete para a compreensão de gênero em Lauretis¹⁰ e a concepção de “*projeto reflexivo do eu*”, de Giddens (2002). O sujeito em Giddens é um indivíduo que constrói sua auto-identidade, reflexivamente, frente as novas exigências sociais e às inúmeras possibilidades que o acesso à informação e ao conhecimento dispõe. Não é um sujeito passivo, sujeitado pelas instituições modernas, mas alguém que participa reflexivamente da construção de sua própria auto-identidade.

Assim, pode-se afirmar que a teologia feminista é resultado de uma ação reflexiva do sujeito mulher. A sua produção aparece como expressão de resistência frente a violência simbólica operada pelo discurso hegemônico e androcêntrico que, por muito tempo, subordinou e subjetivou o sexo feminino; justificou historicamente a hierarquização de sexos e a exclusão das mulheres em espaços de liderança. É também expressão da iniciativa reflexiva de um sujeito coletivo – mulher - que compartilha de uma história comum de subordinação e sujeição, mas que através da produção de um novo discurso se redescobre como um sujeito reflexivo e, ao mesmo tempo, reconstrói a sua auto-identidade e contribui na produção de novas subjetividades.

Atualmente há um processo de mudança na configuração dos cursos de teologia ligado às novas exigências sociais e pastorais. Recentemente, a partir do início deste século, ganharam visibilidade para além do âmbito eclesial, especialmente pelos processos de reconhecimento encaminhados ao MEC e, pelo surgimento de pós-graduações em Teologia e Ciências da Religião. O MEC, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE/CES nº 241/99, de 15/03/99, legalizou o curso de Teologia como um curso de graduação¹¹. Até então, no Brasil esses cursos eram considerados “cursos livres” em Teologia. Com esse processo, o campo de formação acadêmica em teologia adquire status de um campo de trabalho aberto à profissionais da área, independente de possuírem ou não vínculos com a instituição religiosa.

3. Participação da mulher no ensino superior.

Estudar a participação da docência feminina no ensino superior em teologia requer que se faça uma relação com a inserção de mulheres na educação superior como um todo, uma vez que este campo não pode ser pensado descolado do contexto geral da educação superior. Essa relação permitirá apontar algumas semelhanças e diferenças nas dinâmicas envolvidas.

As transformações sociais da segunda metade do século XIX possibilitaram, segundo Guacira Louro (1997), não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas também o seu predomínio como docentes. Nesse processo, porém, a atividade do magistério foi sendo resignificada. Na visão dessa autora, apesar de as mulheres terem se tornado agentes do ensino, elas ocupam um universo marcadamente masculino, não só porque as diferentes disciplinas se construíram na ótica dos homens, mas porque a seleção e a produção do conhecimento ainda são, relativamente, masculinas.

¹⁰. LAURETIS, Teresa (1995)

¹¹ Os cursos de Pós-graduação *stricto e latu senso* na área de Teologia obedecem às normas gerais para este nível, conforme os critérios de avaliação e acompanhamento estabelecidos pela CAPES e, ainda o dispositivo na resolução CNE/CES 1, de 3 de abril de 2001 que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação e conteúdo da indicação CNE/CES/2003.

Segundo Marareth Rago (1998), no Brasil o ingresso maciço de mulheres nas universidades se deu a partir dos anos 70, quando essas passaram a reivindicar o seu espaço na história. “A atuação feminina foi ganhando visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha a tona. O mundo acadêmico foi ganhando novos contornos e novas cores” (RAGO, 1998, p. 91).

Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2001/2002) mostram, através de dados quantitativos, que a participação da docência feminina nas últimas décadas tem tido um aumento significativo:

O número de docentes na educação superior aumentou mais 102,2% nos últimos 10 anos, enquanto o número de participação masculina na docência aumentou 67,9%. Essa proporção se estende também para os cursos de pós-graduação, indicando que as mulheres estão conseguindo ampliar sua inserção nesse campo do mercado de trabalho com mais facilidade do que em outros, porque estão se preparando mais (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001/2002, p. 171).

No entanto, para essas autoras os homens ainda formam a maior parte do corpo docente, sobretudo no ensino superior. Permanecem certos estereótipos de que algumas disciplinas como lingüística, letras, artes e ciências humanas são para as mulheres, assim como Engenharia e Ciências Agrárias são para os homens. Isso mostra que as desigualdades de gênero ainda se manifestam de diversas maneiras no âmbito do sistema de ensino

Uma pesquisa intitulada *A Mulher na Educação Superior Brasileira*¹² mostra que apesar de os homens ainda se constituírem o maior número de docentes na educação superior, tanto da rede pública como da rede particular, a participação das mulheres apresenta um crescimento significativo no período de 2000 a 2005, enquanto a participação dos docentes de sexo masculino se reduziu. A **Tabela 1** revela que, do ponto de vista da dependência administrativa, a mulher tem maior participação nas instituições privadas: 41,8% contra 39,7% na rede pública, em 2000, passando para 45,2% na rede privada e 42,6% nas instituições públicas, em 2005. Segundo esta pesquisa, isso se deve, em parte, pela influência dos cursos ou mesmo devido as instituições de ensino superior serem orientadas para as ciências humanas ou para cursos da área de saúde, onde a participação feminina tende a ser maior. De um modo geral se observa que a participação de mulheres no corpo docente do ensino superior no Brasil tem crescido nos últimos anos. Se considerarmos a participação dos docentes, por sexo, é possível evidenciar que, nos últimos cinco anos, houve um crescimento relativo para ambos os sexos. Entretanto, o crescimento mais significativo se refere à docência feminina. Na rede pública a diferença era de aproximadamente 20 pontos percentuais, em 2000, caiu para cerca de 14 pontos em 2005. Já na rede privada onde há a maior participação das mulheres docentes, a diferença em relação aos homens era de 16,4 pontos percentuais em 2000, chegando a 9,6 pontos, em 2005. Esse quadro demonstra, em certa medida, um processo crescente da participação de mulheres docentes nas instituições de ensino superior no Brasil, que pode estar vinculado a tendência da elevação da escolaridade e de qualificação das mulheres, também observada pela pesquisa do INEP.¹³

Tabela 1 – Participação dos/as docentes da educação superior por dependência administrativa das Instituições de Ensino no Brasil 2000-2005

¹² A pesquisa publicada em 2007 foi realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Ministério da Educação – MEC e Secretaria Especial de Políticas para as mulheres do governo Federal, com fins de avaliar e implantar políticas públicas ou de afirmação para as mulheres, no âmbito da educação.

¹³ Conforme a Pesquisa do INEP (2007) - *A Mulher na Educação Superior Brasileira 1991-2005* - há um crescimento gradativo da participação feminina nas taxas de matrículas e de conclusão em cursos de graduação presenciais. As mulheres concluintes de cursos superiores, em 1991, perfaziam um total de 53,3% do total de inscritos passando para 55,9% em 2005. Enquanto os concluintes masculinos sofrem uma redução de 40,1% (1991) para 37,8% em 2008.

ANO	PÚBLICA			PRIVADA		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
2000	88.154	39,7 %	60,3 %	109.558	41,8%	58,2%
2005	98.033	42,6%	57,4%	194.471	45,2%	54,8%

Fonte: Mec/Inep/ Deaes. In: A Mulher na Educação Superior Brasileira 1991 - 2005. Brasília: INEP, 2007

Os dados do Censo do INEP/MEC-2005 sobre o Ensino superior no Brasil permitem visualizar a participação da docência masculina e feminina nas grandes áreas do saber. Assim, a **Tabela 2** revela que os docentes do sexo masculino apresentam uma diferença maior em relação ao feminino nas áreas *ciências sociais negócios e direito e engenharia, produção e construção*, enquanto a participação das mulheres tem maior destaque na área de *saúde e bem estar social*.¹⁴

Tabela 2 - Docentes por sexo segundo Grande área de docência

Grande área de docência	Feminino	Masculino	Não informado	Total
Agricultura e veterinária	3.854	7.382	92	11.328
Ciências, matemática e computação	13.028	21.967	209	35.204
Ciências sociais, negócios e direito	33.205	51.886	202	85.293
Educação	29.487	20.611	236	50.334
Engenharia, produção e construção	7.492	20.743	118	28.353
Humanidades e artes	7.148	7.176	59	14.383
Saúde e bem estar social	31.578	25.700	403	57.681
Serviços	4.987	4.827	7	9.821

Fonte: Censo INEP/MEC – 2005. Disponível em <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/> consulta outubro/2008

Na grande *área de humanidades e artes*, na qual se insere o curso superior em teologia, evidencia-se uma diferença de gênero bem menor, em relação às outras grandes áreas, mesmo que os homens ainda predominem. Entretanto, no curso de teologia essa diferença se amplia, conforme nos mostra a **Tabela 3**. Constata-se que a desigualdade entre a docência feminina e masculina, no campo do saber teológico, aparece mais acentuada em relação aos demais cursos superiores, analisados anteriormente. A diferença aqui é de 47 pontos percentuais. Isso, em parte, pode ser explicado pelo discurso da Instituição eclesial católica ter, historicamente, vinculado o curso de teologia ao ministério ordenado. No que se refere a qualificação dos/as docentes verificarmos que em todos os níveis, os homens são a maioria. No nível de doutorado, por exemplo, a diferença é de 63,6 pontos percentuais. Os números evidenciam que no campo teológico há níveis altos de desigualdade entre os gêneros masculino e feminino, tanto na participação quanto nos níveis de titulação.

Há também que se considerar que as mulheres que possuem um nível de qualificação maior ainda precisam provar que são capazes de assumir certas funções consideradas “masculinas”. Assim, como no mundo acadêmico em geral, o **campo do ensino e da produção do saber teológico** é ainda fortemente marcado pelo masculino. Esse espaço historicamente

¹⁴ Se analisarmos as áreas que compõem a grande área de saúde e bem estar social constata-se que a diferença maior entre os/as docentes está no curso de enfermagem (9.001 mulheres e 3.464 homens) e no curso de medicina onde o número de homens (10.022) é praticamente o dobro do número de mulheres docentes (5.790). Os números evidenciam que o campo da enfermagem continua sendo o campo majoritariamente feminino e o campo da medicina, apesar do crescimento da presença feminina, ainda se constitui um campo masculino. Esses dados estão disponíveis no site <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>. Acesso: 10 out. 2008

esteve voltado ao universo masculino, em vista do ministério ordenado, o que amplia ainda mais as diferenças de gênero entre os discentes e docentes.

Tabela 3 - Docentes por sexo com Área de docência igual a Teologia, Grande área de docência igual a Humanidades e artes segundo nível de titulação máxima

Nível de titulação	Feminino	%	Masculino	%	Total
Doutorado	56	18,2	251	81,8	307
Mestrado	104	25,9	298	74,1	402
Especialização	72	43,7	93	56,3	165
Graduação	22	23,7	71	76,3	93
Total	254	26,3	713	73,7	967

Fonte: Censo INEP/MEC- 2005. Disponível em: <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/consulta/julho/2008>

A partir dos dados acima, pode-se dizer que a participação da mulher como docente no ensino superior em teologia é desigual e reduzido em relação ao gênero masculino. Uma vez constatado isso, esse estudo prossegue analisando as narrativas da trajetória dessas mulheres, no intuito de perceber a área de formação dessas mulheres, as disciplinas que ministram, as iniciativas que partem desse novo sujeito, bem como compreender como as dinâmicas de gênero e de poder se operam nesse campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Disponível em: <<http://www.fcc.org/pesquisa/sp/seminariointernacional/arquivos/BRUSCHINI.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 17/18. 2001/2002.

DEIFELT, Wanda. Temas e metodologias da teologia feminista. In: *Gênero e Teologia – interpretações e perspectivas*. SOTER (Org). São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 171-186.

ESTEF - *Catálogo Acadêmico – 2008*. Disponível em: www.estef.edu.br. Acesso em 20 de jun.2008

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LAURETIS, Teresa. de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Eloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LE MOS, Fernanda. A mulher como sujeito de sua própria história. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo, n. 210, ano VII, p. 14 -19. 5 mar.2007.

LOURO, Guacira L. *Gênero, Sexualidade e educação*. 3. ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 1999.

MACHADO, Lia. Zanoto. “Gênero, um novo Paradigma?”. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.11. p.107-125, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza de. Hermenêutica - Dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza de; DESLANDES, Suely FERREIRA (org^a). *Caminhos do pensamento epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 83-107.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SINAES/INEP. Disponível em: <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>. Acesso. 10 out. 2008

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.51-66.

RAGO, Marareth. Descobrimo historicamente o Gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.11, 1998. p. 89-98.

RELATÓRIO DO PARECER CNE/CES 241/99 - WEB Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/senador/magnomalta/boletim/pteologica.doc>>. Acesso em: 31 mai. 2007.

RISTOFF, Dilvo. *et.al.(org). A Mulher na Educação Superior Brasileira 1991 - 2005*. Brasília: INEP, 2007. p. 5-16.

ROSADO, Maria José. O Impacto do feminismo sobre o estudo das Religiões. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.16, p. 79-96, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre. v.16. n.2, p.5-22, jul/dez.1990.

SUAIDEN, Silvana. Questões contemporâneas para a teologia: Provocações sob a ótica de gênero. In: *Gênero e Teologia – interpretações e perspectivas*. SOTER (Org). São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 143-152.

TEPEDINO, Ana Maria. Mulher e Teologia na América Latina: Perspectiva histórica. In: BIDEGAIN, Ana Maria (org.). *Mulheres: Autonomia e controle Religioso na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.197-220.